

Relatório de atividades

2007



Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor

Prezado associado(a)

Em 2007, o Idec completou 20 anos em meio a várias conquistas, dentre as quais, a maior é a contribuição para uma sociedade em que os direitos dos consumidores são mais reconhecidos e respeitados. Parte de nossa história está contada no livro de comemoração ao nosso aniversário, "Idec, vinte anos construindo a cidadania", disponível em nosso site. A leitura deste relato é tanto a história de nossa instituição como a do consumidor brasileiro, nas duas últimas décadas. Neste período, normas e resoluções foram criadas ou melhoradas, milhares de associados foram orientados, centenas de produtos e serviços foram pesquisados ou testados, e milhares de pessoas foram beneficiadas por ações judiciais movidas pelo Idec ou por intervenções para garantir o acesso pleno da sociedade a serviços essenciais, como água, luz e telefone.

Mas os direitos do consumidor ainda esbarram em muitos obstáculos. Desde anos anteriores, mas notadamente em 2007, os mais graves deles dizem respeito a setores em que agências ou órgãos reguladores atuam, mas ainda não dão ouvidos à sociedade. Para enfrentar este cenário, o Idec deu início em 2008 a um ambicioso projeto financiado pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), que visa justamente a ampliar a participação do consumidor no seio mesmo destas agências, inclusive com parcerias junto a duas importantes agências: Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações).

As consultas ao Idec em 2007, a exemplo de anos anteriores, trataram, na sua maioria, de assuntos relativos a planos de saúde, bancos e empresas de telecomunicações.

Para enfrentar esses problemas de forma independente, o Idec continua em busca da auto-sustentação. Somos uma das poucas ONGs quase auto-sustentáveis, já que as contribuições dos associados, somadas à venda de livros e aos honorários das ações judiciais (ambos, em menor escala), garantem 70% do orçamento do Idec. Os demais 30% vêm de organizações ou fundações financiam projetos específicos. Portanto, os atuais 15 mil associados ativos são fundamentais para a continuidade dos trabalhos do Instituto.

A participação de pessoas como você em entidades civis como o Idec é extremamente importante, pois é assim que uma sociedade se torna mais democrática e desenvolvida. Agradecemos o apoio dos associados e esperamos que em 2008 vocês ajudem a mobilizar mais pessoas para essa luta.

Cordialmente,

Marilena Lazzarini
Coordenadora Executiva em 2007
Assessora de Relações Institucionais desde 1º de julho de 2008

Lisa Gunn
Coordenadora Executiva desde 1º de julho de 2008

Relatório de atividades 2007

PRINCIPAIS TEMAS TRABALHADOS

SAÚDE

Campanha: "Pessoas são mais importantes que patentes"

O Idec assinou em 15 de janeiro, uma petição da organização humanitária Médicos sem Fronteiras (MSF), exigindo que a empresa farmacêutica Novartis abandone a ação contrária à lei de patentes da Índia, que garante os direitos dos indivíduos frente às patentes.

Vitória contra Porto Seguro

Justiça restabeleceu liminar impedindo que a Porto Seguro cobre aumento superior a 11,75% para 2004/2005.

Anulação de acordo contrário aos direitos do consumidor

Idec ajuizou ação anulatória de acordo celebrado entre a Sul América e o Ministério Público do Estado de São Paulo pelo qual era permitida a cobrança de reajustes residuais de contratos antigos, prejudicando o consumidor.

Mais uma vitória no caso das "pílulas de farinha"

No dia 29 de janeiro, o Tribunal de Justiça de São Paulo negou último pedido da Schering, que queria modificar decisão que restabeleceu pensão mensal às duas associadas do Idec que engravidaram tomando o anticoncepcional Microvlar – no caso conhecido como "pílulas de farinha".

Manual sobre vigilância sanitária para escolas

Um livro e quatro folhetos didáticos foram produzidos pelo Idec em parceria com a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) para discutir temas ligados à saúde e ao consumo nas escolas. As publicações abordam riscos no consumo de alimentos e medicamentos e indicam formas de prevenção. O lançamento ocorreu em evento realizado nos dias 31 de janeiro e 1º de fevereiro, voltado para as organizações de consumidores do Fórum Nacional de Entidades Cíveis de Defesa do Consumidor, que disseminarão o conteúdo em seus estados.

Conselho Nacional de Saúde aprova moção contra publicidade de medicamentos

A partir de proposta do Idec, o Conselho Nacional de Saúde aprovou moção con-

Ação na Justiça contra planos de saúde e ANS

Idec ajuizou Ação Civil Pública (ACP) contra Porto Seguro, Amil e Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), contestando a validade dos Termos de Compromisso celebrados entre a Agência e as seguradoras.

Denúncia de omissão das secretarias de saúde sobre infecções hospitalares

Preocupado com a falta de informação sobre infecções hospitalares no Brasil, o Idec realizou levantamento, em julho de 2006, sobre como o problema é tratado no país pelas secretarias estaduais de saúde. Poucas responderam, caracterizando desrespeito dos administradores públicos a este dever. Assim, em maio de 2007, o Idec representou ao Ministério Público do Estado de São Paulo e ao Ministério Público Federal para que medidas sejam tomadas.

trária à publicidade de medicamentos e pediu revisão da regulamentação para estas propagandas. O documento recomenda a proibição da publicidade de medicamento de venda livre para evitar o estímulo à auto-medicação e pede a restrição da propaganda dirigida aos profissionais de saúde.

Seminário “Direitos e desafios da assistência à saúde”

O Idec, com apoio do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (FDD), do Ministério da Justiça, promoveu nos dias 10 e 11 de abril o Seminário “Direitos e desafios da assistência à saúde”. O objetivo era contribuir com o debate sobre saúde no país, aprofundando aspectos relevantes e atuais da assistência à saúde pública e privada, bem como da atenção farmacêutica.

Guia “Seu Plano de Saúde: Conheça as armadilhas e abusos”

O Idec lançou o guia “Seu Plano de Saúde: Conheça as armadilhas e abusos”, que alerta os consumidores quanto ao desrespeito dos planos de saúde aos cidadãos. Realizada com apoio do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (FDD), do Ministério da Justiça, a publicação está disponível para download gratuito no link <http://www.idec.org.br/biblioteca>.

Apoio ao licenciamento compulsório de medicamento antiretroviral

O Grupo de Trabalho sobre Propriedade Intelectual (GTPI) da Rede Brasileira Pela Integração dos Povos (Rebrip), do qual participa o Idec, apoiou medida do governo federal de licenciamento compulsório do medicamento antiretroviral Efavirenz, cuja patente pertence ao laboratório Merck Sharp & Dohme. A decisão histórica soma-se aos esforços da sociedade civil pela garantia de acesso aos medicamentos e pela sustentabilidade das políticas públicas de saúde, bem como pelo fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS).

Lançamento, com o Cremesp, de estudo sobre 9 anos da Lei dos Planos de Saúde

Em 4 de junho de 2007, quando Lei dos Planos de Saúde (nº 9656/98) completou nove anos, o Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Cremesp) e o Idec promoveram mesa-redonda e lançaram a publicação “Planos de Saúde: 9 anos após a Lei 9.656”. O relatório destacou o crescente desaparecimento da oferta de planos individuais; a permanência de mais de 13 milhões de pessoas em planos antigos, que praticam inúmeras restrições; negativa de atendimento e realização de exames, inclusive a usuários de planos novos; interferência das empresas na atividade do médico, que tem seu trabalho mal remunerado; e descredenciamento. O estudo aponta, ainda, a omissão da ANS diante da crescente concentração do mercado e do prejuízo dos consumidores com a “quebra” de operadoras.

Participação da 13ª Conferência Nacional de Saúde

De 14 a 18 de novembro de 2007, aconteceu, em Brasília, a 13ª Conferência Nacional de Saúde, evento que ocorre a cada quatro anos. As discussões representam o mais importante espaço de controle na área da saúde. O Idec, como membro do Conselho Nacional de Saúde, participou representando os usuários dos serviços de saúde, inclusive cobrando atenção aos planos de saúde.

Nova edição do Guia de Planos de Saúde

Todo ano, mais de metade dos associados que contatam o Serviço de Atendimento do Idec querem tirar dúvidas sobre seus planos de saúde. Para auxiliá-los, o Instituto lançou nova edição do Guia de Planos de Saúde, em parceria com a Editora Globo.

Notificação da EMS Sigma Pharma, fabricante do anticoncepcional injetável Contracep

O Idec notificou em 9 de novembro, a EMS Sigma Pharma, fabricante do anticoncepcional injetável Contracep, para que comunicasse à população sobre os lotes do medicamento proibidos pela vigilância sanitária e para que realizasse um recall dos lotes atingidos. Alguns lotes do medicamento continham quantidade hormonal menor que o previsto, afetando sua eficácia na prevenção da gravidez.

Pesquisas em saúde

- Aumentam as denúncias sobre erro médico (REVISTA DO IDEC, fev/07, nº 107);
- Preços de medicamentos genéricos e de referência (REVISTA DO IDEC, jul/07, nº 112);
- Medicamentos fracionados (REVISTA DO IDEC, nov/07, nº 116).

ALIMENTOS

Seminário “Publicidade de alimentos: participando da construção de uma política pública”

Promovido pelo Idec, ao lado do Centro de Vigilância Sanitária (CVS) e do Centro Colaborador de Vigilância Sanitária (Cecovisa) da Faculdade de Saúde Pública (USP), o evento, realizado em 8 de março, contou também com representantes da Anvisa, do Ministério Público e do Ministério da Saúde, especialistas das áreas de psicologia, nutrição e pedagogia, técnicos em vigilância sanitária e representantes das indústrias, entre outros.

Consulta pública nº 71/06 da ANVISA, sobre regulamentação da propaganda de alimentos não saudáveis

O Idec apoiou a proposta de criação de limites para a propaganda de alimentos que podem causar danos à saúde e enviou suas contribuições à consulta pública. O consumo exagerado de alimentos com quantidades elevadas de açúcar, de gordura saturada, de gordura trans, de sódio ou de bebidas com baixo teor nutricional, sobre os quais versa a norma em consulta pública, pode ter como consequência o desenvolvimento ou o agravamento de doenças como obesidade, hipertensão, infarto do miocárdio, diabetes, dentre outras. A necessidade de regulamentação, portanto, resulta da correlação entre o consumo de tais alimentos e riscos à saúde, em especial das crianças.

Pedido à Anvisa para diminuição do risco provocado por excesso de adoçantes em alimentos

O Idec encaminhou à Anvisa, em 23 de novembro de 2007, manifestação em relação à Consulta Pública da agência que previa alterações na quantidade permiti-



Pesquisa: informação nutricional de bolinhos e achocolatados

Preocupado com a alimentação de crianças, o Idec analisou o rótulo de 18 bolinhos e 24 achocolatados prontos (bebidas lácteas prontas), entre os mais consumidos no país. Os produtos são ricos em gorduras, sódio e açúcar, além de pouco acrescentarem de nutrientes importantes. REVISTA DO IDEC nº 116, novembro/2007.

da de edulcorantes em alimentos. Pediu a redução da quantidade permitida e indicação nos rótulos dos valores contidos e do limite de ingestão diária.

Testes e pesquisas sobre alimentos

- Selos em alimentos não comprovam benefícios e qualidade (REVISTA DO IDEC, mar/07, nº 108);
- Benzeno pode estar presente em sucos e refrigerantes (REVISTA DO IDEC, mar/07, nº 108);
- Fibras adicionadas: alimentos são mais caros e nem sempre têm vantagens nutricionais (REVISTA DO IDEC, abr/07, nº 109);
- Ovos pesam menos que o declarado (REVISTA DO IDEC, jun/07, nº 111);
- Empanados de frango: composição e rotulagem (REVISTA DO IDEC, jul/07, nº 112);
- Pão de forma: fibras, caloria e proteínas (REVISTA DO IDEC, set/07, nº 114);
- Sal e gorduras em bolinhos e achocolatados para o lanche infantil (REVISTA DO IDEC, nov/07, nº 116).

ALIMENTOS TRANSGÊNICOS

Carta contra liberação de transgênicos

Em fevereiro de 2007, o Idec assinou, junto com diversas organizações – como a Associação de Agricultura Orgânica (AAO), a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (ASPTA), o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais (FBOMS), o Greenpeace, o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Terra de Direitos e a Via Campesina –, uma carta aberta à Ministra Dilma Rousseff, da Casa Civil. A carta pedia que o governo reavaliasse sua orientação de voto, encaminhado ao Senado, em relação à Medida Provisória 327, que legalizava transgênicos plantados irregularmente nos entornos de Unidades de Conservação Ambiental. Infelizmente, a MP 327 foi aprovada no Senado.

Ação civil pública contra União por causa da liberação do milho Liberty Link da Bayer e acolhimento do pedido pela Justiça

Em 15 de junho, organizações da sociedade civil, entre elas o Idec, ajuizaram ação civil pública contra a União, com o objetivo de anular a decisão da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) que autorizou a produção, comercialização e consumo do milho Liberty Link da Bayer. O Idec e as organizações (Terra de Direitos, Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa – ASPTA e Associação Nacional dos Pequenos Agricultores – ANPA) fundamentam a ação em diversas ilegalidades cometidas durante o processo de liberação. Além disso, existem riscos à saúde e ao meio ambiente associados ao milho Liberty Link que foram ignorados pela CTNBio, como o uso de gene resistente a antibiótico, que não é recomendado pela OMS/FAO, pelo Conselho Internacional para a Ciência (França), pela Royal Society (Reino Unido) e pela Academia Nacional de Ciências (EUA), entre outros; e o aumento da quantidade do agrotóxico glufosinato de amônio, com impactos ambientais e à saúde. Em 28 de junho, a juíza federal Pepita Durski Tramontini Mazini, da Vara Ambiental de Curitiba – PR, suspendeu a decisão da CTNBio. Infelizmente, em 2008, tal decisão foi derrubada.

Vitória na justiça sobre fiscalização da rotulagem de transgênicos

Rotulagem de alimentos transgênicos: sentença favorável na Ação Civil Pública promovida pelo Idec e Ministério Público Federal obrigando a União a fiscalizar e proibir qualquer produto que contenha qualquer quantidade de OGMs sem a devida informação no rótulo.

SERVIÇOS FINANCEIROS E BANCOS

Discussão de Plano Collor com associados

O Idec reuniu-se nos dias 14 e 28 de fevereiro com os associados poupadores prejudicados pelo Plano Collor, para exposição do tema e acolhimento de propostas para atividades de mobilização e manifestação pública. Comissão de associados lançou, em 15 de março, campanha de mobilização para tentar recuperar confisco da poupança.

Nova vitória em execução movida contra Banco do Brasil para reaver o dinheiro do Plano Verão

Em 12 de fevereiro de 2006, foi publicada no Diário Oficial do Estado decisão proferida no segundo lote da execução provisória movida contra o Banco do Brasil, que tramita na 30ª Vara Cível Central de São Paulo. O juiz aceitou totalmente o cálculo apresentado pelo Idec e desconsiderou a impugnação do Banco do Brasil, afastando os seus critérios de correção.

Vitórias na Justiça sobre perdas nas poupanças no Plano Verão

Execução coletiva do Itaú: vitória no Tribunal de Justiça de São Paulo, que determinou o prosseguimento das execuções. E determinação, na primeira instância, de penhora dos valores executados.

Ajuizamento de novas execuções referentes a perdas nas poupanças no Plano Verão

Ajuizamento de novas execuções coletivas: Banco do Brasil, Nossa Caixa Nosso Banco, Itaú, BANEB e Safra para mais de 300 pessoas.

Orientações para reaver valores referentes a perdas nas poupanças no Plano Bresser

Após divulgação pela imprensa sobre o 'esquecimento' de quase R\$ 2 tri nos bancos de todo o país, por omissão do confisco da poupança no Plano Bresser, em 1987, o assunto ocupou lugar de destaque no atendimento do Serviço de Orientação do Idec. O Instituto disponibilizou fórmula de cálculo e um modelo para formular a petição inicial no Juizado Especial Cível.

Notificação dos bancos sobre extratos de poupança

Em abril de 2007, devido a reclamações de associados do Idec e de consumidores que procuraram nossa orientação em relação ao Plano Bresser, foram enviadas notificações à Caixa Econômica Federal, ao Bradesco e ao Itaú solicitando o esclarecimento sobre as microfotografias das contas poupanças do ano de 1987. A falta de clareza das informações dificultava a identificação do direito do poupador para reaver as perdas do Plano Bresser e divergia das informações dos documentos originais guardados pelos consumidores. Outra notificação foi enviada ao Unibanco que declarava não ter os extratos da época.

Ações para recuperar perdas das poupanças no Plano Bresser

Idec ajuizou Ações Cíveis Públicas e notificou os bancos para recuperar perdas das

Consulta pública sobre ouvidorias promovida pelo Banco Central

O Banco Central recebeu, em consulta pública, contribuições para o texto que propunha a criação de ouvidorias nas instituições financeiras. O Idec apoiou a medida, pois acredita que um canal de comunicação entre bancos e consumidores contribui para a melhora da qualidade dos serviços financeiros, entre os mais reclamados pelos consumidores. Hoje, as ouvidorias são obrigatórias em todas os bancos.

Participação de audiência pública sobre conversão pulso x minuto

A Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados realizou, em 14 de março, audiência pública para debater os problemas dos consumidores durante o processo de conversão da unidade de tarifação das ligações locais de telefonia fixa de pulso para minuto. O Instituto alertou para o fato de os consumidores não estarem recebendo informações adequadas para realizar a escolha do melhor plano. Além disso, cobrou da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) que adotasse medidas para fazer valer as suas próprias resoluções, sob pena de causar imenso prejuízo aos consumidores.

poupanças no Plano Bresser. Obteve sentenças favoráveis em três ações: Safra, Banco do Brasil e ABN Amro Bank.

Pesquisas sobre bancos

Em 2007, o Idec realizou cinco pesquisas em relação aos bancos: juros e crédito (REVISTA DO IDEC, jul/07, nº 112), tarifas e pacotes (REVISTA DO IDEC, ago/07, nº 113), SAC (REVISTA DO IDEC, set/07, nº 114), operações em caixas automáticos (REVISTA DO IDEC, out/07, nº 115) e abertura e encerramento de contas (REVISTA DO IDEC, nov/07, nº 116).

TELECOMUNICAÇÕES

Participação de conferência sobre Mídia e Comunicação nos EUA

A convite da organização norte-americana de defesa do consumidor Consumers Union, o Idec participou, entre 11 e 14 de janeiro, da 3ª Conferência Nacional de Melhoria da Mídia (National Conference for Media Reform), nos Estados Unidos. O Idec contribuiu para o evento ao participar do painel 'Global Information & Communications Policy' (Informações Globais e Políticas de Comunicação).

Solicitação de providências da Anatel na conversão de pulso para minuto

Em carta enviada à agência, em 7 de março, o Idec solicitou medidas para que o consumidor fosse adequadamente informado e não fosse prejudicado no processo de mudança. Afinal, poucos conseguiam compreender o porquê da mudança e quais eram os aspectos que deviam ser considerados na hora de optar pelo melhor plano.

Apoio à proibição de divulgação de planos alternativos durante mudança de unidade de tarifação

Em função da mudança do sistema de tarifação de pulsos para minuto, a Anatel determinou que as companhias de telefonia fixa não poderiam oferecer seus planos alternativos. O pedido partiu do Procon-SP e dos órgãos do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC), com o apoio do Idec. As entidades solicitaram tal providência tendo em vista a confusão que a publicidade destes planos vinha provocando no momento de transição.

Denúncia contra Telefônica, Brasil Telecom e Telemar

Mudança pulso-minuto: Telefônica, Brasil Telecom e Telemar desrespeitaram determinação da Anatel no que se refere ao pedido único de detalhamento de conta e à proibição de cobrar pelo serviço. Em junho, o Idec enviou correspondência à Anatel, com cópia para o Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC) do Ministério da Justiça, solicitando providências.

Questionamento de prática abusiva de TVs por assinatura

Em outubro, Instituto pediu posicionamento da Anatel em relação à alteração unilateral de contrato praticada pelas empresas, em prejuízo aos consumidores, e pediu esclarecimentos à Net e à Sky, além de informar o Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC) do Ministério da Justiça e o Procon-SP.

Participação do 2º Fórum de Governança da Internet

O acesso universal (estrutura disponível e preços acessíveis); a segurança e a privacidade em negócios executados na rede; a liberdade de expressão e o acesso ao conhecimento foram alguns dos pontos discutidos pelo II Fórum de Governança da Internet, de 12 a 15 de novembro, no Rio de Janeiro, do qual o Idec participou.

Realização de teste com operadoras de internet banda-larga

Em parceria com o CGI, Comitê Gestor da Internet, o Idec realizou teste para avaliar o serviço de internet banda larga: velocidade e estabilidade, contratação e cancelamento.

AVIAÇÃO CIVIL

Participação de reunião com companhias aéreas

Em reunião no dia 8 de fevereiro, no Procon-SP, as companhias aéreas foram ouvidas sobre as iniciativas e providências que adotariam em caso de novas ocorrências de crises no setor de controle de tráfego aéreo do país. Foram discutidos pontos como a prestação eficaz de informações e assistência aos consumidores (alimentação, transporte, hospedagem etc.). No geral, resultado do encontro frustrou expectativas dos órgãos de defesa do consumidor.

Vitória na Justiça pelo cumprimento ao direito do consumidor

Liminar concedida regulamentando o direito do consumidor à informação, obrigando empresas a detalhar motivos causadores de problemas já no momento do check-in.

Solicitação de informações sobre segurança de tráfego aéreo no país e lançamento de campanha pelo fim da crise área

O Idec enviou cartas à Anac (Agência Nacional de Aviação Civil), à Infraero (Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária) e ao Ministério da Defesa solicitando informações claras e inequívocas sobre a segurança do tráfego aéreo. Além disso, o Instituto convidou os internautas a participarem da campanha “Apagão aéreo: exija respeito e o fim da crise!”, por meio da qual podiam ser enviados e-mails às autoridades competentes solicitando providências. Além disso, o Idec disponibilizou diversas informações para que o consumidor saiba como se prevenir e como proceder nos casos de atrasos e cancelamentos.

ENERGIA ELÉTRICA

Apoio a manifesto para garantir acesso à tarifa social

Em 8 de maio, em conjunto com o Procon-SP, a Procuradoria Geral do Estado (PGE) e diversas entidades, o Idec assinou manifesto cobrando pleno acesso dos consumidores de baixa renda à tarifa social de energia elétrica. As entidades consideram que os critérios estabelecidos pela legislação que trata da concessão de Tarifa Subclasse Residencial Baixa Renda não atendem à população que realmente necessita, pois limitam-se à características técnicas e não sociais. Pediram a alteração das leis

Realização de seminário “Aviação civil em debate”

Em conjunto com o Ministério Público Federal de São Paulo, o Idec realizou seminário “Aviação civil em debate”, no dia 25 de setembro, com o objetivo de discutir o cenário e os encaminhamentos necessários para solucionar a crise na aviação civil.

e a prorrogação do prazo determinado pela Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) para comprovação do cadastro nos programas sociais do Governo Federal, uma das exigências para a obtenção da tarifa social.

ÁGUA

Pesquisa sobre cumprimento ao direito à informação na conta de água

Em comemoração ao Dia Mundial da Água (22/março), o Idec publicou resultado de pesquisa que verificou que a maioria dos prestadores do serviço fornece dados incompletos nas contas de água e no relatório anual. A Informação tornou-se obrigatória desde o Decreto Federal nº 5.440/05, resultado de uma luta do Idec (REVISTA DO IDEC nº 108 – março/2007).

Pesquisa sobre tarifas de água

Reajustes praticados por operadores de saneamento básico nas tarifas de água, entre 2000 e 2006, ficaram muito acima da inflação do período, segundo o IPCA do IBGE. A pesquisa levantou informações de três operadoras municipais públicas, quatro estaduais públicas e duas operadoras municipais privadas. O primeiro grupo apresentava as tarifas mínimas mensais mais baixas e também a menor média de reajustes no período (101%); o segundo, tarifas mínimas duas vezes maiores que as do grupo anterior e aumentos médios um pouco menores (94%); o terceiro grupo, tarifas mínimas similares ao grupo das estaduais, mas o maior aumento médio do período (161%). A pesquisa demonstrou, ainda, que o controle social sobre as políticas de investimento e tarifária dos operadores é quase inexistente (REVISTA DO IDEC nº 109 – abril/2007).

PROPRIEDADE INTELECTUAL

Pesquisa sobre a escassez de livros nas bibliotecas e dificuldades do estudante em decorrência da lei de direitos autorais

Investigação realizada em oito cursos de quatro universidades do Rio de Janeiro e de São Paulo mostrou que os livros relacionados na bibliografia básica do primeiro ano dos cursos têm custo muito elevado. Além disso, o número de exemplares disponíveis nas bibliotecas por alunos fica muito abaixo do padrão internacional (um livro para cada cinco alunos). Algumas bibliotecas chegam a oferecer um livro para cada 100 alunos. Soma-se a isso a proibição das cópias, determinada pela atual Lei de Direito Autoral (Lei nº 9.610, de 1998), o que dificulta a garantia de acesso ao conhecimento ao material didático utilizado pelo aluno para sua formação. Resultados parciais desta pesquisa foram publicados na REVISTA DO IDEC (nº 111 – junho/2007) e apresentada no seminário “Propriedade Intelectual e o Direito do Consumidor: Acesso ao Conhecimento (A2K), Cultura e Informação”, realizado em 17 de maio, em parceria com o Centro de Tecnologia e Sociedade (CTS) da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro.

Seminário sobre Propriedade Intelectual e acesso ao conhecimento

No dia 17 de maio de 2007, o Idec, em conjunto com o Centro de Tecnologia e

Participação em seminário sobre propriedade intelectual

O Idec participou, nos dias 8 e 9 de março, do Seminário “Propriedade Intelectual: Tensões entre a Lógica do Capital e as Demandas Sociais e Desenvolvimentistas”. Durante o seminário, organizado pelo Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais (www.ieei.com.br), o Idec discutiu com especialistas como o sistema de proteção às criações e inovações (como a Lei de Patentes, a Lei de Direitos Autorais e algumas normas internacionais) muitas vezes se opõe e prejudica o interesse público.

Sociedade (CTS) da Escola de Direito da Fundação Getulio Vargas no Rio de Janeiro, e apoio da Fundação Ford e do Open Society Institute, promoveu o seminário “Propriedade Intelectual e o Direito do Consumidor: Acesso ao Conhecimento (A2K), Cultura e Informação”. O evento discutiu as relações entre a propriedade intelectual e a defesa do consumidor. Dentre os temas tratados, estavam o impacto da atual legislação de direito autoral brasileira sobre o acesso a materiais didáticos e obras culturais; o uso de medidas de proteção tecnológica (os chamados TPMs, presentes em tocadores de MP3, e-books e outros) para restringir a utilização de obras intelectuais; e questões relativas à chamada “neutralidade” da Internet.

Lançamento de campanha “Restrições tecnológicas: você paga e leva menos”

Barreiras tecnológicas ao direito do consumidor estão sendo usadas por parte da indústria. Como exemplo, pode-se apontar os mecanismos existentes em CDs de música que permitem que eles sejam tocados somente em determinados aparelhos. Tais inovações podem impedir a cópia de um determinado conteúdo para uso pessoal. Informações como esta podem ser encontradas no sítio da campanha **Restrições Tecnológicas – você paga e leva menos**. Para os organizadores da campanha, Idec e Centro de Tecnologia e Sociedade (CTS) da Escola de Direito da Fundação Getulio Vargas no Rio de Janeiro, é preciso encontrar um equilíbrio entre a proteção das obras e remuneração dos criadores, e o acesso a elas pela população.

PUBLICIDADE

Apoio à restrição de publicidade de bebidas alcoólicas

Contraopondo-se às críticas publicadas em 10 de maio, em jornais de grande circulação do País, por onze entidades – entre elas o Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária (Conar), a Associação Brasileira de Anunciantes (ABA) e a Associação Nacional de Jornais (ANJ) –, que não reconhecem a atribuição legal da Anvisa (Agência nacional de Vigilância Sanitária) para legislar sobre publicidade, o Idec enviou carta em apoio à iniciativa do Ministério da Saúde e da agência de restringir a publicidade de bebidas alcoólicas. Para o Instituto, tal medida é constitucional e legal.

Denúncia ao Conar sobre publicidade do Trio da Telefônica

A propaganda da “Promoção Trio” da Telefônica era nitidamente enganosa, já que induzia o consumidor a erro sobre o preço e características do pacote de serviços. As peças publicitárias da empresa não informavam que o valor do pacote não incluía a taxa de assinatura e custo com o provedor de acesso a internet. O Conar (Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária) divulgou na sua página da internet, em 13 de setembro, decisão que recomendou à Telefônica a alteração da propaganda.

CONSUMO SUSTENTÁVEL

Participação de seminário para discutir proposta de política nacional de mudanças climáticas

Cerca de 35 representantes de diversas organizações da sociedade civil, entre elas o Idec, reuniram-se em Brasília, nos dias 28 e 29 de maio de 2007, em seminário promovido pelo Grupo de Trabalho de Mudança de Clima (GT Clima) do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para Meio Ambiente e Desenvolvimento (FBOMS). O objetivo do encontro era elaborar um documento com contribuições para uma política nacional de mudanças climáticas.

Dia Sem Carro: orientação ao consumidor e pressão sobre o poder público

O Dia sem Carro (22 de setembro) é o dia de combater a poluição do ar e a emissão de gases de efeito estufa. A data visa a conscientização das pessoas sobre como é importante transitar menos de carro. O Idec, por meio da sua revista e seu site, orientou o consumidor e promoveu o envio de mensagens para as autoridades responsáveis exigindo políticas públicas que garantam, entre outras coisas, transporte público de qualidade.

EDUCAÇÃO PARA O CONSUMO

Publicação de manual “Essa turma ninguém passa para trás”

Ilustrado e com linguagem acessível, manual produzido pelo Idec em parceria com a ONG Criança Segura, Fundação Abrinq e apoio da Imprensa Oficial do Estado e da Fundação Avina, usa situações do cotidiano para abordar conceitos de consumo responsável e segurança.

Lançamento de cartilha sobre os direitos dos idosos nas relações de consumo

Em comemoração aos quatro anos de sanção do Estatuto do Idoso, e em auxílio e respeito ao idoso, o Idec produziu a Cartilha “Direitos dos Idosos nas Relações de Consumo”, disponível para download gratuito no site do Instituto, com informações sobre planos de saúde, transporte público, habitação, lazer e acesso à justiça, dentre outros temas.

Segurança de produtos

No site do Idec foram criadas as páginas “Registre seu acidente de consumo” e a página “Produtos inseguros” que estabelecem ligação com o site do Inmetro (Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial) que, por sugestão do Idec junto ao Conmetro (Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial), criou um banco de dados de registros de acidentes de consumo. Agora, o consumidor que sofrer uma intoxicação alimentar, um corte ao abrir embalagens, um choque elétrico ao utilizar aparelhos eletrodomésticos ou uma fratura ao cair de uma cadeira plástica que se quebra, pode relatar o acidente no site do Inmetro.

20 ANOS DO IDEC

Lançamento de publicação sobre os 20 anos do Instituto

Escrito pelo jornalista Esníder Pizzo e lançado durante a cerimônia de comemoração dos 20 anos do Instituto, o livro conta a trajetória do Idec na luta pelo direito dos consumidores. Nele, o leitor encontra histórias vitoriosas, alcançadas graças ao trabalho incansável de toda a equipe do Idec, seus conselheiros e colaboradores.

Realização de seminário “A defesa do consumidor e a mobilização da sociedade civil”

Ainda no âmbito da comemoração de seus 20 anos, o Idec realizou, com apoio da Fundação Ford e Oxfam-Novib, em 26 de julho, o seminário “A defesa do consumidor e a mobilização da sociedade civil”. Foram debatidos o papel das entidades civis e a importância da mobilização da sociedade em torno das



questões de interesse coletivo, bem como a fiscalização da implementação pelos poderes públicos. O debate contou com a participação de Chico de Oliveira (USP), Fátima Portilho (UFRRJ), Marcelo Sodré (Membro do Conselho Diretor do Idec), Ladislau Dowbor (PUCSP), Fábio Konder Comparato (Faculdade de Direito USP), Dulce Pandolfi (Ibase) e Silvio Caccia Bava (Instituto Polis).

Seminário sobre ações civis públicas e coletivas

O Idec, em conjunto com a Escola Paulista de Magistratura (EPM) e a Escola Superior do Ministério Público (ESMP), realizaram, com apoio da Fundação Avina, nos dias 6 e 7 de novembro, o seminário “A prática das Ações Civis Públicas e das Ações Coletivas, nos 16 anos de vigência do Código de Defesa do Consumidor”.

Prêmio Idec Construção da Cidadania

O Idec realizou a segunda edição do Prêmio Idec Construção da Cidadania. A primeira versão do prêmio aconteceu em 2002, por ocasião dos 15 anos do Instituto. O objetivo é homenagear personalidades atuantes na promoção da cidadania. Até o início de julho, os associados puderam votar pela Internet nos 24 candidatos, e a seleção final foi feita pelo conselho diretor do Idec. Os contemplados foram premiados durante a festa dos 20 anos do Idec: a jornalista Beth Carmona, que presidia a TVE Brasil e a ONG Mdiativa (Centro Brasileiro de Mídia para Crianças e Adolescentes); a procuradora da República Ela Wiecko de Castilho, do Ministério Público Federal; o físico José Goldemberg; Josué Rios, advogado e ex-diretor jurídico do Instituto; o jornalista André Trigueiro; Antônio Herman Benjamin e Vasconcellos, professor de Direito Ambiental e Direito do Consumidor na Universidade do Texas e atualmente ministro do Superior Tribunal de Justiça; e o jornalista Elio Gaspari.

REPRESENTAÇÃO DOS INTERESSES DOS CONSUMIDORES

- 138 reuniões representando os interesses do consumidor
- Representações em redes, fóruns, conselhos e outras instâncias de participação social

O Idec no Congresso Nacional:

- O Idec participou de oito audiências públicas, principalmente no Senado e na Câmara dos Deputados – que versavam sobre planos de saúde, bancos, cadastro positivo, etc.
- O Idec acompanha sistematicamente dezenas de projetos de lei, entre os quais:
 - PL 20/2007 (PL de parcelamento do solo) – traz um artigo que altera para pior o Código de Defesa do Consumidor (CDC), já que desconta muitos valores de eventual devolução a que o consumidor tem direito, deixando-o, praticamente, sem nada. O Idec continua a atuar na Câmara e junto à Casa Civil para impedir que os artigos lesivos permaneçam na lei.
 - PL 22/03 – tenta suprimir a “responsabilidade solidária” a que estão submetidas, pelo CDC, as agências de turismo, quando atuam como intermediárias. O PL foi aprovado na Câmara e no Senado com essa grave falha e seguiu para segunda votação na Câmara dos Deputados.
 - PL 20/2007 – torna obrigatório o fracionamento de medicamentos. O Idec participa de grupo em prol do fracionamento (CRF e outros), e sua atuação foi fundamental para conseguir passar o PL pela Comissão de Desenvolvimento Industrial. O PL continua sendo acompanhado.

Outras informações sobre representação:

- Participação em Congresso da Consumers International, no qual o Idec entregou a presidência da organização e foi eleito como membro do Conselho Diretor;

Participação em redes

O Idec é membro de 13 redes:

- Fórum Nacional das Entidades Civas de Defesa do Consumidor (FNECDC)
- Consumers International
- Conselho Latino Americano e do Caribe de Organizações de Consumidores
- Frente Nacional pelo Saneamento Ambiental
- Campanha “Por um Brasil Livre de Transgênicos”
- Rede IBFAN para Alimentação Infantil
- Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS)
 - Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG)
 - Rede Brasileira para Integração dos Povos (REBRIP)
 - Aliança de Controle do Tabagismo (ACT)
 - Red Puentes
 - Rede do Amianto
 - Global Call Against Poverty (GCAP)

Participação em comitês e conselhos

O Idec participa de 21 conselhos comissões e comitês:

- Conselho Nacional de Normalização, Metrologia e Qualidade Industrial (CONMETRO)
- Conselho Nacional de Saúde (CNS)
 - Comissão de Saúde Suplementar
 - Comissão de Vigilância Sanitária e Farmacoepidemiologia
- Comissão Permanente de Consumidores do CONMETRO (CPCON)
- Comitê Codex Alimentarius do Brasil (CCAB)
 - GT FL Rotulagem
 - GT Biotecnologia
- Comitê Brasileiro de Acreditação e Certificação (CBAC) – INMETRO
- Conselho Federal do Fundo Federal de Direitos Difusos – (CFDD/SDE/MJ)
- Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) – CEET Responsabilidade Social
- Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA
 - Conselho Consultivo
 - Câmara Setorial de Medicamentos
 - Câmara Setorial de Propaganda e Publicidade de produtos sujeitos à Vigilância Sanitária
 - Câmara Setorial de Toxicologia
 - Câmara Setorial de Alimentos
- Comitê Nacional para Promoção do Uso Racional de Medicamentos
- Comissão do Selo Ruído
- Comissão de Eficiência Energética – PROCEL
- Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Brasileira (CPDS/ MMA)
- Conselho Curador da Fundação Procon/SP

INFORMAÇÃO**Portal do Idec na Internet**

Mês	Sessões*	Média sessões/dia
Janeiro	196.294	6332,06
Fevereiro	223.698	7989,21
Março	286.200	9540,00
Abril	335.700	10829,03
Maiο	529.900	17663,33
Junho	350.500	11306,45
Julho	339.800	11326,67
Agosto	300.800	9703,23
Setembro	231.700	7723,33
Outubro	249.200	8038,71
Novembro	223.900	7463,33
Dezembro	169.700	5474,19
Total	3.437.392	9417,51

* Uma 'sessão' é definida como uma série de cliques no website por um visitante distinto durante um determinado intervalo de tempo. Uma sessão é iniciada quando o visitante chega ao website e finalizada quando fechar o navegador ou permanecer inativo acima do tempo limite.

Inscritos no Boletim do Idec (eletrônico semanal):

- Dezembro 2005: 45.000
- Novembro 2006: 55.363
- Novembro 2007: 64.756
- Fevereiro de 2008: 65.756

REVISTA DO IDEC

Tiragem da REVISTA DO IDEC distribuída aos associados e parceiros: 10.500 exemplares.

Assessoria de Imprensa do Idec

O número de entrevistas concedidas aumentou em 88% em relação a 2006, totalizando 1.970 no ano de 2007.

ORIENTAÇÃO

No ano de 2007, somando os atendimentos telefônico, pessoal e via e-mail feitos pela Área de Orientação do Idec, os cinco setores mais reclamados foram:

Planos de saúde	Setor financeiro	Telecomunicações	Produtos	Outros serviços
17,1%	14,0%	13,8%	12,2%	8,1%

- **Planos de saúde:** liderando o ranking por oito anos consecutivos, o assunto também foi mais o consultado no Idec em 2007. Os principais problemas apresentados foram reajustes abusivos e a falta de cobertura de procedimentos, consultas e exames.

- **Setor financeiro:** os principais problemas dizem respeito às tarifas bancárias e às cobranças dos cartões de crédito, já que muitas vezes os consumidores não conseguem identificar o quê está sendo cobrado.

- **Telecomunicações:** os problemas mais recorrentes nesse setor referem-se à mudança de pulso para minuto. Alguns aspectos envolvendo a mudança, como a escolha do melhor plano de acordo com o perfil de consumo, o detalhamento da conta e as informações trazidas no demonstrativo de pagamento, foram bastante reclamados.

- **Produtos:** produtos com defeito e oferta enganosa foram os problemas mais significativos.

- **Outros serviços:** nessa classificação lideraram os problemas de má execução e os acidentes de consumo.

- **Perdas da poupança:** o Idec recebeu cerca de 23.200 contatos referentes a ações judiciais promovidas pelo Instituto, dos quais 78% trataram de perdas nas cadernetas de poupança nos planos econômicos (Bresser, Verão e Collor).

Em decorrência do final do prazo para os consumidores reivindicarem as perdas das poupanças por causa do Plano Bresser, muitos consumidores procuraram o Idec. Foram realizadas 162 palestras por advogados do Idec e foram atendidas cerca de 5 mil pessoas.

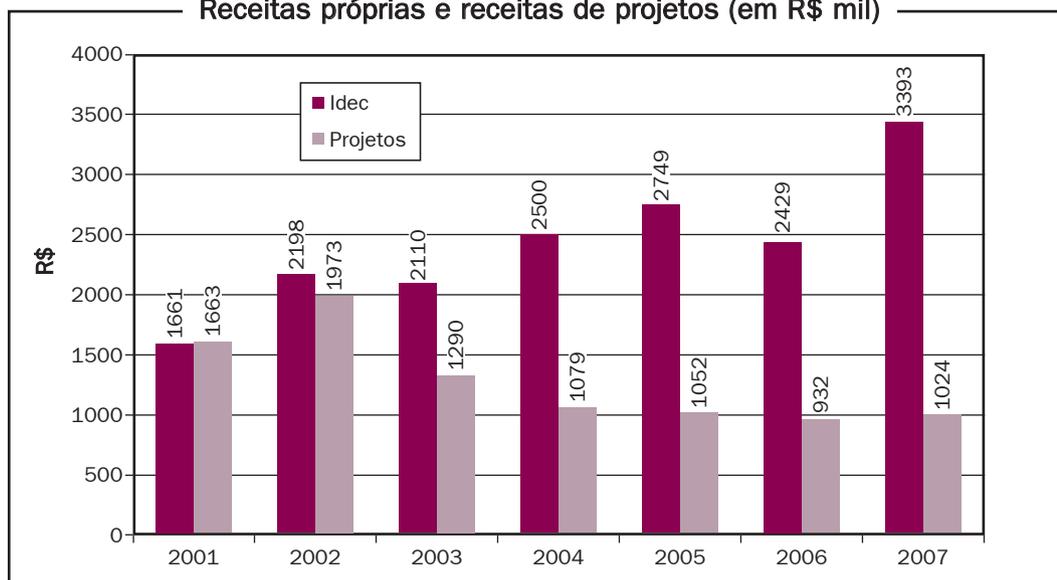
ADMINISTRAÇÃO

Em 2007, o Idec modificou a forma de atendimento aos associados, visando agilizar o processo de consulta e orientação. Ampliamos a equipe e o espaço da área de orientação aos associados. O acervo de informações jurídicas de suporte ao Serviço de Orientação foi e é permanentemente atualizado. Foi criada a página sobre ações judiciais no site com o andamento das ações movidas pelo Idec para defender os consumidores na Justiça.

Em 2007, fizemos uma grande reforma na sede própria do Idec (casa doada pela Fundação Ford e que é dividida com outra organização – CEBEPEJ Centro Brasileiro de Estudos e Pesquisas Judiciais). Além de investimentos no sistema de informação da organização.

DEMONSTRATIVO FINANCEIRO

Receitas próprias e receitas de projetos (em R\$ mil)



CONVÊNIOS

Projetos encerrados em 2007	Apoio
Projeto de Informação e Educação ao Consumidor sobre Prevenção de Agravos e Riscos a Saúde Sanitária – jan/06 a abr/07	Anvisa
Responsabilidade social empresarial, o consumidor e o Idec – mai/06 a abr/07	Fundação Avina
Telecomunicações, Propriedade Intelectual e consumidores no Brasil – jun/06 a mai/07	Consumers Unions e Open Society Institute
Balanço dos oito anos da regulamentação dos planos privados e assistência à saúde – nov/06 a fev/07	Cremsp
Projecto Red Puentes: Incidencia de la Sociedad Civil Sur-Norte en el desarrollo de la Responsabilidad Social Empresarial	Oxfam Novib - ICCO Holanda

Projetos em andamento	Apoio
Fortalecimento da atuação do Idec na promoção de políticas públicas, no monitoramento das práticas empresariais e na conscientização do consumidor – mar/06 a fev/09	Oxfam Novib
Fortalecimento da atuação do Idec em políticas públicas, conscientização e mobilização do consumidor – jul/06 a jul/08	Fundação Ford
Build capacity of civil society organisations worldwide to influence corporate behaviour and business regulation in the interest of sustainability and poverty eradication – 2007 a 2009	SOMO
Fortalecimento dos mecanismos de participação dos consumidores nos processos de regulação e de instâncias de articulação pública e privada	BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
Testes comparativos de produtos e serviços e pesquisas e atividades na área de normalização e representação do consumidor	MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia
The telecommunications convergence and consumers rights in Brazil	SSRC – Social Science Research Council
Consumer Organisations and the Cartagena Protocol on Biosafety: Protecting the Consumer's Right to a Healthy Environment in the Developing World	Consumers International

BALANÇO SOCIAL

O Idec se esforça para aperfeiçoar o exercício da transparência, publicando, mais uma vez, seu Balanço Social. Ainda temos um caminho longo a percorrer, mas o objetivo é nos abrimos e mostrar, de forma sintética, os recursos obtidos pelo Idec, suas fontes e sua aplicação, além de indicadores do quadro funcional. Precisamos avançar na discussão interna sobre metas e nas oportunidades para melhorar a diversidade dentro da organização. A confecção desse balanço continua sendo um processo de aprendizado.

Balanço Social / 2007 Modelo para instituições de ensino, fundações e

1 - Identificação						
Nome da instituição:		Tipo/categoria (conforme instruções):				
Natureza jurídica: <input checked="" type="checkbox"/> associação <input type="checkbox"/> fundação <input type="checkbox"/> sociedade sem fins lucrativos? <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Isenta da cota patronal do INSS? <input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não						
Possui Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEAS)? <input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não		Possui registro no: <input checked="" type="checkbox"/> CNAS <input type="checkbox"/> CEAS <input type="checkbox"/> CMAS				
De utilidade pública? <input type="checkbox"/> não <input checked="" type="checkbox"/> sim, <input type="checkbox"/> federal <input type="checkbox"/> estadual <input type="checkbox"/> municipal		Classificada como OSCIP (lei 9790/99)? <input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não				
2 - Origem dos recursos		2007 Valor (mil reais)		2006 Valor (mil reais)		
Receitas Totais		4.429	100%	3.410	100%	
a. Recursos governamentais (convênios)		330	7,45%	266	7,80%	
b. Doações de pessoas jurídicas		0	0,00%	0	0,00%	
c. Doações de pessoas físicas		0	0,00%	0	0,00%	
d. Contribuições		3.366	76,00%	2.405	70,53%	
e. Patrocínios		0	0,00%	0	0,00%	
f. Cooperação internacional		694	15,67%	666	19,53%	
g. Prestação de serviços e/ou venda de produtos		28	0,62%	24	0,70%	
h. Outras receitas		12	0,26%	49	1,44%	
3 - Aplicação dos recursos		2007 Valor (mil reais)		2006 Valor (mil reais)		
Despesas Totais		4.471	100%	3.479	100%	
a. Projetos, programas e ações sociais (excluindo pessoal)		350	7,83%	658	18,91%	
b. Pessoal (salários + benefícios + encargos)		2.359	52,76%	1.543	44,35%	
c. Despesas diversas (somatório das despesas abaixo)		1.762	39,41%	1.278	36,73%	
Operacionais		1.537	87,25%	1.151	90,06%	
Impostos e taxas		10	0,59%	16	1,25%	
Financeiras		58	3,30%	47	3,68%	
Capital (máquinas + instalações + equipamentos)		156	8,85%	64	5,01%	
Outras (que devem ser discriminadas conforme relevância)		0	0,00%	0	0,00%	
4 - Indicadores sociais internos (Ações e benefícios para os(as) funcionários(as))		2007 Valor (mil reais)		2006 Valor (mil reais)		metas 2008
a. Alimentação		16	0,36%	0	0,00%	0
b. Educação		18	0,41%	18	0,53%	0
c. Capacitação e desenvolvimento profissional		1	0,02%	10	0,29%	0
d. Creche ou auxílio-creche		0	0,00%	0	0,00%	0
e. Saúde		4	0,09%	0	0,00%	0
f. Segurança e medicina no trabalho		2	0,05%	6	0,18%	0
g. Transporte		36	0,81%	34	1,00%	0
h. Bolsas/estágios		125	2,82%	56	1,64%	0
i. Outros		0	0,00%	0	0,00%	0
Total - Indicadores sociais internos		202	4,56%	124	3,64%	0
5 - Projetos, ações e contribuições para a sociedade (Ações e programas aqui listados são exemplos, ver instrução)		2007 Valor (mil reais)		2006 Valor (mil reais)		metas 2008
a. Ações judiciais em defesa de direitos de consumidores, associados ou não ao Idec recuperaram em 2007 R\$ 2.124.575,09		R\$ 1.048	23,66%	R\$ 334	9,78%	R\$ 420
		Nº pessoas beneficiadas: 122		Nº pessoas beneficiadas: 171		
b. Orientação e disponibilização de informações - Revista do Idec		R\$ 910	23,66%	R\$ 232	6,80%	R\$ _____
		Nº pessoas beneficiadas: 10.500/mês		Nº pessoas beneficiadas: 13.000/mês		
c. Orientação e disponibilização de informações - Portal do Idec na Internet e Boletim do Idec (eletrônico)		R\$ 78	1,75%	R\$ 62	1,82%	R\$ _____
		Média diária de sessões: 9.548,31 Boletim: 64.756		Média diária de page-views: 11.000 Boletim: 54.729		
d. Convênio entre Idec e Anvisa "Para Participação e Controle Social no Sistema Nacional de Vigilância Sanitária" para desenvolvimento de metodologia e material didático (5850 manuais) de apoio à capacitação de professores do ensino fundamental médio em vigilância sanitária.		R\$ 127	2,87%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ _____
		5.850 professores e 60.000 consumidores		Nº pessoas beneficiadas: _____ Nº entidades beneficiadas: _____		
e. Outras atividades testes e pesquisas, representação dos interesses dos consumidores e disseminação de informação e, orientação.		R\$ 2.270	51,24%	R\$ 2.805	82,26%	R\$ _____
		Consumidores brasileiros		Consumidores brasileiros		
Valores totais		R\$ 4.432	100,1%	R\$ 3.433	100,7%	R\$ 420

6 - Outros indicadores	2007	2006	metas 2008
Nº total de alunos(as)	0	0	0
Nº de alunos(as) com bolsas integrais	0	0	0
Valor total das bolsas integrais	R\$	R\$	R\$
Nº de alunos(as) com bolsas parciais	0	0	0
Valor total das bolsas parciais	R\$	R\$	R\$
Nº de alunos(as) com bolsas de Iniciação Científica e de Pesquisa	0	0	0
Valor total das bolsas de Iniciação Científica e de Pesquisa	R\$	R\$	R\$
7 - Indicadores sobre o corpo funcional	2007	2006	metas 2008
Nº total de empregados(as) ao final do período	67	66	0
Nº de admissões durante o período	5	9	0
Nº de prestadores(as) de serviço	3	6	0
% de empregados(as) acima de 45 anos	12,00%	17,00%	%
Nº de mulheres que trabalham na instituição	36	44	0
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	58,00%	62,00%	%
Idade média das mulheres em cargos de chefia	40	40	0
Salário médio das mulheres	R\$ 2.273	R\$ 1.766	R\$
Idade média dos homens em cargos de chefia	39	39	0
Salário médio dos homens	R\$ 2.626	R\$ 2.023	R\$
Nº de negros(as) que trabalham na instituição	10	6	0
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	0,00%	7,00%	%
Idade média dos(as) negros(as) em cargos de chefia	0	23	0
Salário médio dos(as) negros(as)	R\$ 1.017	R\$ 945	R\$
Nº de brancos(as) que trabalham na instituição	58	60	0
Salário médio dos(as) brancos(as)	R\$ 2.516	R\$ 1.976	R\$
Nº de estagiários(as)	18	9	0
Nº de voluntários(as)	3	1	0
Nº portadores(as) necessidades especiais	1	0	0
Salário médio portadores(as) necessidades especiais	R\$ 2.772	R\$	R\$
8 - Qualificação do corpo funcional	2007	2006	metas 2008
Nº total de docentes	0	0	0
Nº de doutores(as)	0	0	0
Nº de mestres(as)	0	0	0
Nº de especializados(as)	0	0	0
Nº de graduados(as)	0	0	0
Nº total de funcionários(as) no corpo técnico e administrativo	67	66	0
Nº de pós-graduados (especialistas, mestres e doutores)	3	9	0
Nº de graduados(as)	31	30	0
Nº de graduandos(as)	18	12	0
Nº de pessoas com ensino médio	9	12	0
Nº de pessoas com ensino fundamental	5	2	0
Nº de pessoas com ensino fundamental incompleto	1	1	0
Nº de pessoas não-alfabetizadas	0	0	0
9 - Informações relevantes quanto à ética, transparência e responsabilidade social	2007	metas 2008	
Relação entre a maior e a menor remuneração	0,0	0,0	
O processo de admissão de empregados(as) é:	% por indicação _100_% por seleção/concurso	% por indicação _% por seleção/concurso	
A instituição desenvolve alguma política ou ação de valorização da diversidade em seu quadro funcional?	<input type="checkbox"/> sim, institucionalizada <input checked="" type="checkbox"/> sim, não institucionalizada <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim, institucionalizada <input type="checkbox"/> sim, não institucionalizada <input type="checkbox"/> não	
Se "sim" na questão anterior, qual?	<input checked="" type="checkbox"/> negros <input type="checkbox"/> gênero <input type="checkbox"/> opção sexual <input type="checkbox"/> portadores(as) de necessidades especiais <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> negros <input type="checkbox"/> gênero <input type="checkbox"/> opção sexual <input type="checkbox"/> portadores(as) de necessidades especiais <input type="checkbox"/>	
A organização desenvolve alguma política ou ação de valorização da diversidade entre alunos(as) e/ou beneficiários(as)?	<input type="checkbox"/> sim, institucionalizada <input checked="" type="checkbox"/> sim, não institucionalizada <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim, institucionalizada <input type="checkbox"/> sim, não institucionalizada <input type="checkbox"/> não	
Se "sim" na questão anterior, qual?	<input type="checkbox"/> negros <input type="checkbox"/> gênero <input type="checkbox"/> opção sexual <input checked="" type="checkbox"/> portadores(as) de necessidades especiais <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> negros <input type="checkbox"/> gênero <input type="checkbox"/> opção sexual <input type="checkbox"/> portadores(as) de necessidades especiais <input type="checkbox"/>	
Na seleção de parceiros e prestadores de serviço, critérios éticos e de responsabilidade social e ambiental:	<input type="checkbox"/> não são considerados <input type="checkbox"/> são sugeridos <input checked="" type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não são considerados <input type="checkbox"/> são sugeridos <input type="checkbox"/> são exigidos	
A participação de empregados(as) no planejamento da instituição:	<input type="checkbox"/> não ocorre <input checked="" type="checkbox"/> ocorre em nível de chefia <input type="checkbox"/> ocorre em todos os níveis	<input type="checkbox"/> não ocorre <input type="checkbox"/> ocorre em nível de chefia <input type="checkbox"/> ocorre em todos os níveis	
Os processos eleitorais democráticos para escolha dos coordenadores(as) e diretores(as) da organização:	<input type="checkbox"/> não ocorrem <input checked="" type="checkbox"/> ocorrem regularmente <input type="checkbox"/> ocorrem somente p/cargos intermediários	<input type="checkbox"/> não ocorrem <input type="checkbox"/> ocorrem regularmente <input type="checkbox"/> ocorrem somente p/cargos intermediários	
A instituição possui Comissão/Conselho de Ética para o acompanhamento de:	<input checked="" type="checkbox"/> todas ações/atividades <input type="checkbox"/> ensino e pesquisa <input type="checkbox"/> experimentação animal/viviseção <input type="checkbox"/> não tem	<input type="checkbox"/> todas ações/atividades <input type="checkbox"/> ensino e pesquisa <input type="checkbox"/> experimentação animal/viviseção <input type="checkbox"/> não tem	
10 - Outras informações			



Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor

www.idec.org.br